

Influências no processo de formação do tecido urbano nos bairros pericentrais de Maputo: o caso de Chamanculo C, Maxaquene A e Polana Caniço A

Jéssica Lage 

Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico Maputo, Moçambique.
E-mail: je.lage7@gmail.com

Submetido em 15 de junho de 2018¹. Aceito em 2 de dezembro de 2019.

Resumo. A história urbana da cidade de Maputo é marcada por transformações socioeconómicas, políticas e culturais que se reflectem nos processos de produção do tecido urbano. Identificam-se períodos contextuais que determinam estes processos urbanos ao longo da história da cidade e apresenta-se aqui as diferentes ocorrências e os contornos de influência que os marcaram. A cidade de Maputo desenvolveu-se dualizada, contendo em si duas cidade distintas – a cidade “cimento”, dita urbanizada, e a cidade “caniço”, periférica e composta por áreas consideradas autoproduzidas. O tecido urbano sofreu diversas intervenções, enquadradas por planos urbanísticos e políticas urbanas, através de iniciativas públicas e privadas que influenciaram a variedade de tipologias de malha encontradas nos bairros periféricos à cidade. Propõe-se analisar três bairros pericentrais, que apesar de similares pelo seu desenvolvimento na cintura periférica do centro urbanizado da cidade, pelas altas densidades populacionais e habitacionais e pela predominância da autoconstrução, possuem tecidos urbanos distintos: o bairro de Chamanculo C, o bairro da Polana Caniço A e o bairro de Maxaquene A. Através de uma análise diacrónica e sincrónica, e atendendo às diferenças urbanas mencionadas, pretende-se compreender que factores ao longo da história destes bairros influenciaram e determinaram os diferentes processos de produção do tecido urbano.

Palavras-chave. evolução urbana, tecido urbano, bairros pericentrais, Maputo.

História de Lourenço Marques, Maputo: do período pré-colonial à cidade colonial

‘Maputo’, a capital de Moçambique foi assim nomeada pelo primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, a 3 de Fevereiro de 1976, no seu discurso em comício, sete meses após a declaração da independência. Maputo, provém do lema utilizado pela FRELIMO² “do Rovuma ao Maputo” durante a luta de libertação, alusivo à união nacional – do Norte ao Sul – sendo o Rio Maputo, ainda que não passasse pela cidade, o rio mais a Sul do país.

Urbanisticamente, a cidade resulta das relações entre as várias potências colonizadoras e destas com o povo moçambicano. Porém, foi a ocupação portuguesa e as suas aspirações que ditaram a

estrutura urbana que hoje prevalece sendo este o ponto de partir para relembrarmos sucintamente a evolução dos primeiros assentamentos até ao presente.

O período pré-colonial

Na região da actual capital moçambicana há vestígios de assentamentos de uma comunidade³ caracterizada por uma economia de subsistência, que remontam ao primeiro século d.c., havendo também evidências, nos séculos seguintes, de migrações dos povos bantu para esta área com ocupações mais sedentárias dedicadas à exploração agrícola, criação de gado, actividades pesqueiras e produção metalúrgica (Morais, 2001). Posteriormente, beneficiando da localização costeira, estes

povos dedicaram-se ainda ao comércio de marfim, conchas e outros bens com entrepostos comerciais estabelecidos na costa oriental moçambicana pelos povos suahílis e árabes.

Durante os primeiros contactos dos portugueses e holandeses na baía, foram identificados diversos reinos – relativamente pequenos, com 500 a 2000 habitantes – que governavam a área, tal como os clãs Mpfumo (na área da actual Maputo) e Tembe (na actual Katembe) que viviam respectivamente imediatamente a norte e sul da baía. Estas comunidades fixaram-se na fronteira entre as planícies periodicamente inundadas e savana seca, em abrigos circulares de adobe e caniço (Ibidem).

A descoberta da baía e a sua disputa pelas potências colonizadoras europeias

Atraído pelo “ouro do Monomotapa e pelas minas de prata da Chicoa” (Mendes, 1985, p.17), Vasco da Gama chega à Ilha de Moçambique em 1498. Supõe-se que a primeira visita à Baía da Lagoa por europeus foi feita, em 1502, por Luís Fernandes “mas foi só em 1544 que o navegador Lourenço Marques, piloto das naus da Índia, procedeu ao [seu] reconhecimento geográfico e económico” (ibidem).

As visitas à baía e as transacções com os nativos passaram a ser feitas anualmente durante cerca de dois séculos, sem ocupação efectiva⁴. Por este motivo, os Holandeses, que já faziam pela mesma época comércio de especiarias no oriente fixaram-se na área, construindo, em 1721, a primeira fortificação da baía, ‘o Forte Lagoa’, uma estrutura octogonal em alvenaria. Em 1730, após quase 10 anos de ocupação, estes abandonaram definitivamente a área⁵, devido à “insalubridade do clima e ao perigo de assalto por piratas ingleses⁶ e franceses que infestavam o canal de Moçambique” (ibidem, p.18), iniciando antes “a destruição sistemática do forte, que compreendia a casa da pólvora, armazéns de mantimentos e roupas, armação de escravos e casas de moradia” (Lobato, 1961, p.58).

Só em 1740, com receio de outras investidas estrangeiras – principalmente vindas da França – Portugal deu instruções à Índia para ocupar a Baía de Lourenço Marques e, em

1745, começou a tomar medidas para a sua ocupação efectiva.

O início da pegada portuguesa

Ainda assim, durante vários anos, Portugal não se fixou no local, mantendo apenas um claro domínio das rotas comerciais marítimas. “Teria sido a notícia da ocupação austríaca a desencadear a iniciativa portuguesa no sentido de recuperar a posse da baía, sendo enviada uma expedição de Goa, [...], em 1781, que desmantelaria as três feitorias austríacas já instaladas. No ano seguinte seria então fundado o presídio”, também com funções defensivas. A construção deste presídio, iniciada por Joaquim de Araújo, incluía um aglomerado de palhotas e foi o primeiro elemento urbano estruturante de Lourenço Marques, então restrita a uma língua de areia com cerca de 1200 por 500 metros, envolvido por pântanos na parte norte (Morais, 2001, p.57).

Em 1805 iniciaram-se as obras da Fortaleza Nossa Senhora da Conceição terminando com a construção da muralha em pedra e cal, em 1814 (ibidem, p.59). Segundo Lima (1972, p.63), as habitações que compunham a povoação inicial junto ao presídio eram tipo cabanas africanas (palhotas), construídas com troncos de árvores e caniço, sendo cobertas por colmo. Posteriormente o barro foi introduzido de forma a proteger melhor as paredes circulares, até se iniciarem as construções em pedra e cal com coberturas de tábuas de madeira.

A povoação desenvolveu-se, assim, no sentido SE – NO a partir do presídio e da actual praça 25 de Junho, delineando ruas no mesmo sentido e outras perpendiculares, materializando as linhas estruturantes da futura vila (Morais, 2001, p.60). Nesta altura os portugueses tinham como objectivo desenvolver apenas um pequeno aldeamento, contudo o início dos conflitos entre os povos vátua e os navios estrangeiros levaram à construção, em 1860, de uma linha de defesa da cidade na orla do presídio, que transformou Lourenço Marques numa cidade-fortificação⁷ (Lima, 1972, p.86).

De povoado a cidade

O assentamento desenvolve-se sobretudo devido às actividades portuária e comercial e ao seu crescimento demográfico, porém

contido pelo limite urbano que constituía a linha de defesa. A povoação foi elevada a vila em 1876 e é desenhada a primeira planta geral de Lourenço Marques (Figura 1) representada por uma malha urbana regular constituída por cinco ruas principais paralelas à costa, nove travessais e uma praça – a base urbana do que hoje chama-se “Baixa da cidade” de Maputo. A norte da Rua da linha, estava a linha de defesa onde se encontrava-se a Estrada de Lidemburgo, que funcionava como via de penetração para o interior. Segundo Morais (2001, p.62), já se reconhecia uma lógica no traçado viário e a praça já funcionava como o centro da povoação (ainda que não geométrica) com o surgimento de edifícios afectos a serviços fundamentais do governo local no seu entorno.

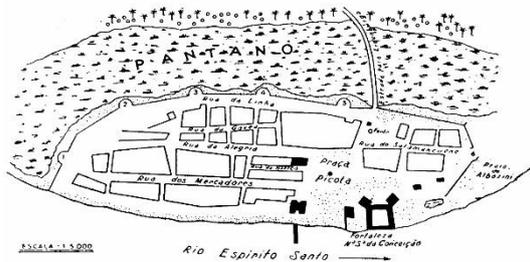


Figura 1. Lourenço Marques em 1876. (Fonte: Acervo UEM)

Em 1877 chega uma expedição das Obras Públicas de Lisboa iniciando uma década de considerável evolução urbana. Foram elaborados diversos planos, um deles com vista à construção de uma linha férrea que ligasse Lourenço Marques ao Transvaal⁸ e outro sobre a primeira obra de saneamento para a secagem do pântano que rodeava a vila. Este último, elaborado pelo engenheiro Joaquim José Machado, tinha como objectivo a expansão da cidade e para tal a linha de defesa, que limitava a cidade a norte, foi demolida. Até 1887, ano em que a vila foi elevada a cidade, além da transformação urbana, dá-se também uma mudança notável no edificado⁹. Novas técnicas construtivas são implementadas de acordo com os recursos existentes e predominam habitações térreas, de alvenaria e de madeira e zinco.

Processos de produção do tecido urbano e habitacional

Contexto Colonial – a história de duas cidades

O primeiro plano oficialmente aprovado¹⁰ de Maputo foi o plano de 1887, mais conhecido como Plano Araújo¹¹ (Figura 2). Este plano, na tentativa de ampliar a malha pré-existente com base em modelos militares, propunha uma disposição de quarteirões amplos entre vias largas, ortogonalmente traçadas pela facilidade de circulação e implementação de infraestruturas. O plano também propunha, pela primeira vez, uma área residencial para a população nativa na cidade - nomeadamente o ‘Bairro Indígena’. O pequeno ‘anexo’, que se localizava a oeste do núcleo urbano, com orientação e escala diferente, nunca chegou a ser construído (Morais, 2001, p.96).



Figura 2. “Projecto de Ampliação da Villa de Lourenço Marques” (versão 2), 1887. (Fonte: Acervo UEM)

Em 1898, a cidade já contava com 2401 habitantes, passando a ser capital do país, em detrimento da Ilha de Moçambique, estando o seu desenvolvimento até então associado sobretudo à economia ferro-portuária e sul-africana. Até 1902 a cidade foi provida de redes de abastecimento de água e electricidade, telégrafo e eléctricos.

Em 1912, é apresentado um novo Código de Posturas, que requeria documentação mais completa para o licenciamento e construção das habitações. Procurando dar uma imagem de urbanidade e continuidade à cidade, fazia menção, pela primeira vez, às áreas suburbanas, que cresciam para além do limite urbano imposto pela circunvalação, sem uma estrutura urbana oficialmente planeada de suporte, estruturadas através de processos loteamento estabelecidos localmente, onde se

erguiam habitações com materiais de construção frágeis (Figura 3).

A cidade de “cimento”, por sua vez, desenvolvia-se em dois polos – o núcleo inicial fortificado e a área no cimo da Ponta Vermelha – separados por terras concessionadas a privados¹² ou ainda sob domínio do poder tradicional indígena. A partir do ano 1915 iniciam as obras de aterro da zona baixa do Maxaquene e da consolidação das barreiras ao longo da encosta da cidade, perspectivando a futura cidade numa relação integrada da zona baixa com o planalto (Lage, 2005).

Os subúrbios

O processo de desenvolvimento da cidade de “cimento” foi acompanhado pela ocupação paralela e marginal da área suburbana, resultante também de migração proveniente de zonas rurais (Morais, 2001, p.129). Esta ocupação sem infraestruturas, com um carácter semirrural funcionava como “contraponto à cidade de cimento e autonomizando-se como uma outra cidade” (Ibidem, p.149) – a cidade de ‘caniço’, nome que foi atribuído a estas áreas pelo tipo de material utilizado na construção das habitações, em oposição ao utilizado na cidade “cimento”.

Como refere Morais (2001), o crescimento destas zonas de “caniço” para norte e nordeste da cidade era tida com apreensão pelo Município, que proíbe a utilização de formas construtivas de carácter permanente na década de 1930. Segundo o autor, foram feitas neste período, tentativas de ordenar e prover estas áreas de infraestruturas, então apenas densamente povoadas junto à circunvalação, que na sua maioria eram compostas por bairros não ou insuficientemente urbanizados.

Segundo Mendes (1985, p.96), em 1950 residiam em Lourenço Marques 93 265 habitantes, tendo a população negra que habitava na periferia da cidade “cimento” crescido cerca dos 20,6% desde 1940. A partir desta década, instaura-se em Portugal o período do Estado Novo, durante o qual se promoveu a disseminação de planos pelas colónias que afirmassem a imagem do regime. É neste contexto que surge o Plano Aguiar, em 1952 (Figura 4), que não foi implementado na sua totalidade, primeiro por

limitações técnicas, administrativas e financeiras (Melo, 2013) e, segundo, pelas intenções pouco realistas.

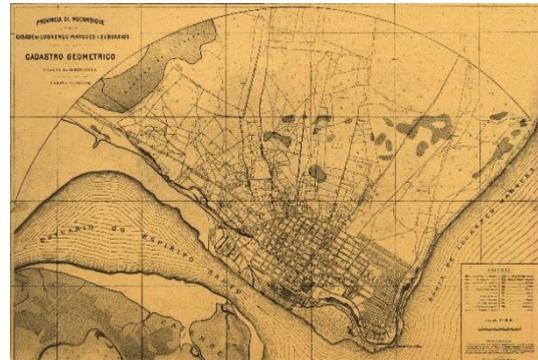


Figura 3. Planta de Lourenço Marques e subúrbios, 1915. (Fonte: Acervo UEM)



Figura 4. Plano Geral de Urbanização – João Aguiar, 1952. (Fonte: Acervo UEM)

Ainda assim, foram implementados alguns dos pressupostos do Plano Aguiar, que se manteve em vigor até à elaboração do Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques, de 1969, pelo engenheiro Mário de Azevedo. Este surgiu da necessidade de um “plano de gestão mais flexível e susceptível de adaptação durante a implementação, à medida que novas informações assim o [exigissem]” (Lobo, 1995, p.219 apud Morais, 2001, p.163). Procurando colmatar as lacunas anteriores, foram realizados o Estudo de Urbanização por Fernando Mesquita, em 1965, e o PROSALM¹³, em 1966. Assim, as áreas suburbanas, até então urbanisticamente discriminadas, foram incluídas no plano de desenvolvimento da cidade como um todo. Neste âmbito, um dos trabalhos elaborados foi o ‘Estudo do Caniço’ (Figura 5), com importância acrescida pela falta de dados populacionais e habitacionais sobre esta parte da cidade.

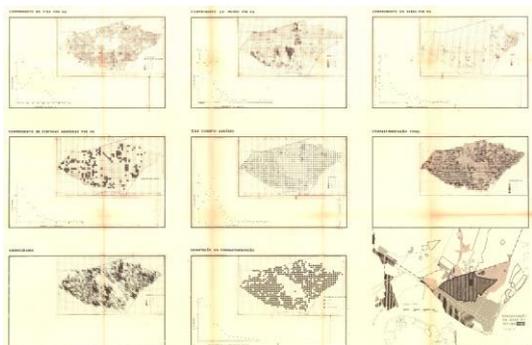


Figura 5. Estudo habitacional do “Caniço”, 1969.
(Fonte: PDULM, Vol VIII)

Segundo Morais (2001, p.187), as décadas de 60 e 70 até à independência, foram marcadas pela construção de novo edificado na área central da cidade, promotor da sua verticalização, enquanto a área suburbana se expandia dando origem a novos bairros, alguns de carácter dito espontâneo, ou sem planeamento oficial, como Chamanculo, e outros oficialmente planeados, como Benfica. Entretanto, a implementação do plano foi afectada pelas lutas pela libertação do país, que culminaram com a proclamação da independência em 1975.

Contexto Socialista (1975 – 1984)¹⁴

Após a independência, o novo governo da FRELIMO, de ideologia socialista, toma posse e vê-se com necessidade de reestruturar um território, até então, concebido para servir exclusivamente aos interesses coloniais (Vanin, 2013; Mendes, 1985). Algumas das medidas tomadas para direccionar a atenção à sociedade como um todo e colmatar os vários problemas sociais e urbanos existentes foram: (1) a criação de novos postos de trabalho; (2) a nacionalização de serviços; (3) a nacionalização da terra; (4) a nacionalização dos prédios de rendimento¹⁵; e (5) a implementação de projectos de reordenamento participado, como é o caso de Maxaquene e Polana Caniço e de melhoramento das infraestruturas dos bairros periféricos (Oppenheimer e Raposo, 2007, p.16).

O planeamento urbano é também marcado por algumas medidas estruturais como: (1) a elaboração do III Congresso da FRELIMO, em 1977, em que são definidas directrizes para o planeamento e a intervenção no meio urbano; (2) a I Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comuns, em 1979, onde se defenderam soluções de autoconstrução,

diante da baixa disponibilidade de recursos estatais para o fornecimento de habitação¹⁶; e (3) em 1983, a Direção Nacional de Habitação é convertida no Instituto Nacional de Planificação Física com o papel de elaboração de políticas habitacionais e urbanas, como sistematiza Melo (2013).

A ligeira inicial melhoria das condições económicas, aliada à saída em grande escala de colonos, fomentaram a atração da população ao centro urbano. Neste contexto foram tomadas medidas políticas e administrativas para conter a expansão urbana, contudo tiveram pouco efeito e o fluxo migratório em busca de segurança e oportunidades de emprego, aliado à falta de quadros e recursos para combater o crescimento acelerado, agravaram a densificação e expansão dos perímetros da periferia da cidade.

Contexto de Transição e Abertura de Mercado (1984 - 1992)

Em meados da década de 1980, a guerra civil, a grave crise económica que o país atravessava e a diminuição do apoio da então União Soviética a Moçambique, ditaram o fim das políticas de pendor socialista implementadas pela FRELIMO¹⁷. Deu-se assim início a um processo de reformas políticas e económicas, tal como a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1978, que fomenta o livre comércio com a abertura à economia de mercado (Costa, 2007).

É elaborado em 1985 o Plano de Estrutura da Cidade de Maputo, com o objectivo de fazer face ao crescimento descontrolado das densidades populacionais e habitacionais. Este plano, apesar de não propor soluções imediatas, coloca cenários possíveis de desenvolvimento urbano, sobretudo directrizes a nível da sua gestão, da formação de quadros técnicos e de administração (Vanin, 2013, p.64).

Durante este período, as margens urbanas na periferia foram crescendo, consolidando e “solidificando” – passando a construção das suas habitações de materiais temporários e precários, como é o caso do caniço, para materiais mais definitivos e robustos como habitações em madeira e zinco e posteriormente com paredes em blocos de cimento e coberturas em chapa de zinco. Pela

crecente densificação causada pelo aumento do êxodo rural e pela ocupação do território de forma pouco regrada, as infraestruturas e condições de habitabilidade foram-se deteriorando. Estas condições foram ainda agravadas, em parte, pela retirada dos subsídios aos serviços e agregados familiares que existiam (Oppenheimer, Raposo, 2002, p.25) e pela intensificação da guerra civil que cessa apenas com o Acordo Geral de Paz, assinado em 4 de Outubro de 1992.

Contexto de Municipalização

Após a implementação de um regime multipartidário e da descentralização do poder, iniciado em 1990, realizam-se as primeiras eleições democráticas em 1993. Este período é marcado pela instituição de novos poderes aos órgãos municipais¹⁸, reestruturando o que era a gestão urbana até então (Costa, 2007, p.24). Nota-se um crescimento de investimentos públicos e privados na reconstrução da cidade “cimento” e também em planos e iniciativas direccionadas sobretudo às margens periféricas. O desenvolvimento urbano foi marcado pela privatização do parque imobiliário e de alguns dos serviços sociais, por um crescimento da densificação da construção por toda a cidade (Figura 6) – criando por consequência um mercado do solo urbano informal e ilegal (Jenkins, 2001). O novo censo demográfico, elaborado em 1997, determinou que a população da cidade tinha duplicado desde 1980¹⁹ e era nos bairros periféricos onde residia a maioria.

Em 2008 é aprovado o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM) que se encontra em vigor até à data. Segundo Forjaz (2008), coordenador do Plano, foram traçadas estratégias para diminuir a discriminação social existente, tal como propostas de zoneamento abrangente, descentralização de serviços públicos – com novas centralidades nos bairros periféricos (caso do bairro do Zimpeto) e também intervenções em vias estruturantes pela cidade (tal como a construção da Circular e da ponte para a Catembe). No enquadramento do PEUMM, vários Planos Parciais e de Pormenor foram também elaborados, sendo que actualmente cerca de 70% do território da cidade já possui um plano regulador urbano.



Figura 6. Expansão da área habitacional da Cidade de Maputo entre 1964 e 2001. (Fonte: Henriques [2008, p.93])

Com a liberalização da economia, multiplicam-se os agentes envolvidos no desenvolvimento da capital. Destacam-se, além do sector público, diversas organizações da sociedade civil ou não governamentais, agências internacionais e investidores privados. Algumas das intervenções têm conduzido a processos de *gentrificação* nos bairros mais próximos ao centro (Jorge, 2017), que afastam as populações de menores recursos para bairros mais longínquos, influenciando o mercado imobiliário e favorecendo a criação de *clusters* residenciais de classe média-alta.

Ao nível do sector público destacam-se algumas intervenções e políticas urbanas e habitacionais, como a criação do Fundo de Fomento de Habitação, em 1995, que, entre outros aspectos: criou subsídios de crédito associados à construção de habitações a baixo custo; dinamizou programas de autoconstrução assistida; disponibilizou terrenos com infraestruturas básicas às populações mais carenciadas; e promoveu acções de reordenamento e de

reassentamento quando necessário (Oppenheimer, Raposo, 2002, p.85).

Actualmente a cidade de Maputo é a maior cidade de Moçambique, ocupando uma área de 308Km², dividida em sete distritos

municipais que se encontram subdivididos em 53 bairros. Segundo dados preliminares do Censo 2017 (INE), a capital possui 1 008 449 habitantes e destes, estima-se que 70% vivam em bairros semi-urbanizados e autoproduzidos (Quadro 1).

Quadro 1. Comparação entre as Unidades Administrativas e bairros de três Distritos Municipais de Maputo. Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do INE, Censo 2007²⁰

Unidade Administrativa	Área (Km ²)	Habitantes (Censo 2007)	Bairros
Distrito Urbano KaMpfumo: DM1	12	107 530	Central A, B e C; Alto Maé A e B; Malhangalene A e B; Polana Cimento A e B, Coop e Sommerchild.
Distrito Urbano de Nhamankulu: DM2	8	155 985	Aeroporto A e B; Xipamanine; Minkadjuine; Unidade 7; Chamanculo A, B, C e D; Malanga e Munhuana.
Distrito Urbano de KaMaxaquene: DM3	12	222 756	Mafalala; Maxaquene A, B, C e D; Polana Caniço A e B e Urbanização.

O crescimento e consolidação destes bairros advém de diversos factores, entre eles encontra-se a urbanização acelerada aliada a uma gestão urbana não direccionada às necessidades da maioria da população e o aumento da procura habitacional num contexto de inexistência de mercados formais acessíveis à população de baixa renda. Esta conjuntura causa problemas transversais, como: a perpetuação das baixas condições económicas dos habitantes; a marginalização social e espacial a que estão sujeitos; a predominância de construções sem devidas condições de habitabilidade; serviços e infraestruturas básicas deficientes ou inexistentes; e habitações geralmente sem projecto e licenciamento em áreas sem plano oficial (Lage e Lage, 2018).

O tecido urbano nos bairros pericentrais de Maputo – Chamanculo C, Maxaquene A e Polana Caniço A

Denominam-se “bairros pericentrais” aos bairros enquadrados nos Distritos Urbanos n^o2 e n^o3, desenvolvidos na cintura periférica adjacente ao centro urbano (Distrito Urbano n^o1). Por motivos de investigação, foram escolhidos bairros inseridos nos DU2 e DU3

por apresentarem maiores densidades habitacionais em território maioritariamente autoproduzido e com maior variedade de situações urbanas. Estas características devem-se ao facto de: (1) terem sido das primeiras áreas a serem ocupadas pela população nativa durante o período colonial; (2) terem sido providos, em alguns locais, de infraestruturas no âmbito de intervenções urbanísticas pontuais; (3) serem próximas do centro mais urbanizado; e (4) por este último se ter começado a saturar nas últimas décadas.

No mesmo contexto territorial encontram-se divergências que transparecem em diferentes tipologias urbanas. Segundo o PEUMM (2008), os ‘assentamentos informais’ em Maputo integram a classe das ‘áreas urbanizáveis’²¹, isto é, áreas não urbanizadas mas cuja urbanização seja possível programar. Esta classe é composta por duas grandes categorias: (1) ‘Assentamentos informais em áreas planificadas’, de génese planificada mas que sofreram processos de *informalização* e possuem a particularidade de conterem talhões formalmente demarcados embora em situação não

regularizada²²; e (2) ‘Assentamentos informais em áreas não planificadas’ de ocupação gradual mas não acompanhada oficialmente, portanto de malha irregular e não regularizada.

Chamanculo C

O bairro possui uma área aproximada de 138.12ha, tendo, em 2007, cerca de 25 300 moradores distribuídos por 74 quarteirões, perfazendo 183.32Hab/ha²³ de densidade populacional (Figura 7). É um dos bairros mais antigos e a sua ocupação remonta ao início da década de 1920. Foi integrando nativos que iam trabalhar no centro urbano e apresenta uma forte tradição cultural onde viveram personalidades marcantes do meio artístico e político (Jorge, Melo, 2014).

Chamanculo C insere-se na categoria dos ‘assentamentos informais’ de gênese não oficialmente planificada. É caracterizado por uma malha orgânica composta por talhões irregulares sem vias de acesso e por predominância de ruas tortuosas de terra batida (Figura 8). A sua estrutura urbana dificulta a regularização da malha e a distribuição e reabilitação dos serviços básicos e infraestruturas – agravados pelos altos níveis de densidade populacional e habitacional.

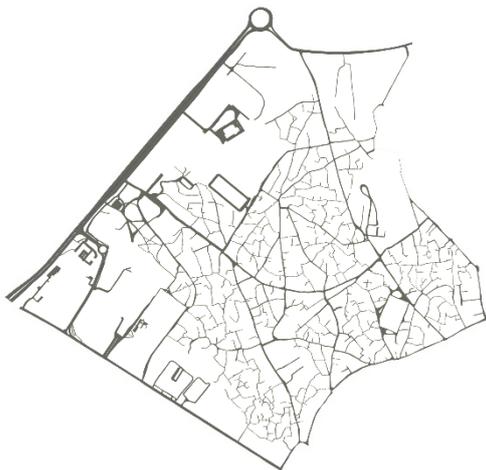


Figura 7. Mapa da malha urbana do bairro Chamanculo C. (Fonte: Elaborado pela autora)

Foram implementadas diversas intervenções, contudo dificultadas pela malha irregular que se foi consolidando ao longo dos anos de ocupação sem controlo. Em 2015 foi elaborado um projecto municipal de qualificação urbana, com a participação dos

moradores, para melhoria de acessibilidade através da abertura de vias e redefinição de talhões. Em parceria com o Brasil, a Itália e a *Cities Alliance*, iniciou-se em 2009 um projecto baseado numa metodologia integrada de intervenção²⁴. Ainda no âmbito deste projecto, entre 2013 e 2014 foram elaborados diagnósticos socioeconómicos e físico-ambientais que culminaram na proposta de um Plano Parcial de Urbanização (PPU), elaborado em 2016.



Figura 8. Vista aérea parcial do bairro Chamanculo C. (Fonte: Google Earth, 2018)

Foram ainda produzidas algumas intervenções pontuais: (1) um projecto de regularização fundiária e de defesa do direito à habitação através do acesso ao título de DUAT, resultante da colaboração entre o Município de Maputo, da Arquitectura Sin Fronteras (ASF) e da Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento; e (2) um projecto de investigação-acção sobre planeamento participado envolvendo os moradores dando especial importância ao desenvolvimento sustentável (Broto, Boyd, Ensor, 2015). Ainda assim, embora estes projectos tenham tido impacto em algumas áreas, não alteraram de forma significativa as características do bairro ao nível do seu tecido urbano.

Maxaquene A

O bairro da Maxaquene A ocupa uma superfície aproximada de 84,09ha, abriga cerca de 24 270 moradores, possuindo uma densidade habitacional na ordem dos 297.72hab/ha²⁵ – tornando-o num dos bairros com maior densidade de ocupação do DM3 (Figura 9).

A ocupação inicial²⁶ desta área ocorreu por volta de 1940 juntamente com a cintura norte do núcleo da cidade, desenvolvendo-se a partir de um pequeno assentamento constituído por palhotas e algumas casas de

caniço e zinco. O bairro densificou-se depois por volta de 1967, com o êxodo rural e o forte crescimento da periferia e, a partir 1984, começa gradualmente a consolidar-se pela substituição deste tipo de habitações por habitações com materiais mais definitivos – fomentado pela liberalização da economia e acesso aos materiais de construção ditos convencionais.

O seu caso é peculiar por possuir características tanto da categoria dos ‘assentamentos informais’ de gênese planificada como de não planificada (Figuras 10 e 11). Por um lado, a faixa sul do bairro caracteriza-se por um tecido urbano composto por vias ortogonais, fruto do projecto de reordenamento participado deste bairro e do bairro da Polana Caniço, implementado entre 1976 e 1978. Nessa altura foi definida uma malha reguladora onde se pudessem instalar infraestruturas básicas e prover serviços sociais e de transporte, contudo não teve continuidade, em parte devido à falta de investimentos e ao início da guerra. Por outro lado, a área centro e norte do bairro é não planeada, possuindo uma alta densidade populacional e habitacional com acesso inadequado a infraestruturas e equipamentos.

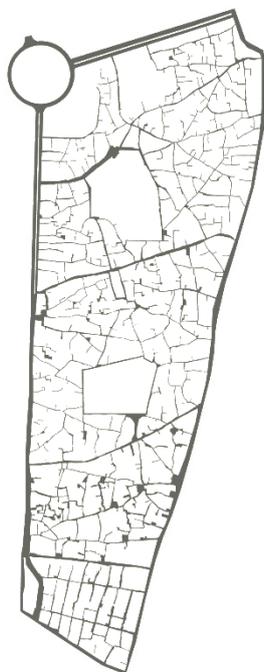


Figura 9. Mapa da malha urbana do bairro Maxaquene A. (Fonte: Elaborado pela autora)



Figura 10. Vista aérea parcial da malha de gênese planificada em Maxaquene A. (Fonte: Google Earth, 2018)



Figura 11. Vista aérea parcial da malha de gênese não planificada em Maxaquene A. (Fonte: Google Earth, 2018)

No enquadramento do PEUMM e do programa PROMAPUTO, foi elaborado em 2011 o PPU do bairro da Maxaquene²⁷, contudo a proposta inicial direccionada para

a qualificação do tecido urbano não foi aprovada por alegada localização estratégica do bairro e o interesse demonstrado por promotores privados na construção de novos empreendimentos imobiliários. Assim sendo, o projecto foi reorientado para uma renovação urbana assente na “*tábula rasa* do tecido existente, que propõe uma nova estrutura e morfologia urbana de uso predominantemente habitacional, associado a novos espaços comerciais, serviços e equipamentos” – primeiro restrita às margens das avenidas que circundam Maxaquene A e posteriormente a todo o bairro (Jorge, 2017, p.229-217). Este plano ainda está em processo de desenvolvimento, pelo que ainda não é evidente nenhuma alteração expressiva. Caso avance, as intervenções serão acompanhadas por reassentamentos massivos de população e alteração significativa na malha urbana.

Polana Caniço A

O bairro possui uma superfície total de 221,40ha e uma população aproximada de 53 600 moradores, perfazendo uma densidade populacional de 243,09hab/ha (Figura 12). É o bairro de formação mais recente entre os bairros aqui apresentados, surgindo no período colonial e consolidando-se no período pós-independência.

O bairro insere-se na categoria dos ‘assentamentos informais’ de génese planificada, com talhões maioritariamente formalmente demarcados, contudo ocupados por habitações frequentemente desordenadas e em situação não regularizada. O seu tecido regular resulta do reordenamento participado decorrente do Projecto de Urbanização elaborado entre 1976 e 1978, que abrangeu o parcelamento da área, disponibilização de talhões e habitações. Durante a guerra civil, o bairro densificou-se com a afluência de deslocados, resultando na subdivisão dos talhões e aumento das construções, bem como na ocupação de espaços afectos à estrutura ecológica, como é o caso da barreira natural situada a Este do bairro²⁸.

Localiza-se a norte do bairro da Sommerschield – uma área habitada por uma classe mais alta – e ao longo de uma das principais vias de acesso à cidade, a Av. Julius Nyerere, contribuindo para o fenómeno de *gentrificação* mais icónico de Maputo (Figura 13). A faixa sul do bairro é

constituído actualmente por condomínios privados e vivendas luxuosas resultantes da expansão gradual do bairro da Sommerschield e da progressiva renovação urbana por parte de investidores privados, afastando a população de menores recursos e consolidando um novo ‘sub-bairro’ chamado “Sommerschield 2”²⁹. Este processo incentivou em parte à elaboração do PPU do bairro da Polana Caniço (A e B), iniciado em 2015, e subsequentes Planos de Pormenor financiados por entidades privadas em troca de parcelas para investimento imobiliário – reassentando³⁰ parcialmente a população com menores recursos com o intuito de transformar o bairro à imagem do centro urbano.



Figura 12. Mapa da malha urbana do bairro Polana Caniço A. (Fonte: Elaborado pela autora)



Figura 13. Vista aérea parcial do bairro Polana Caniço A. (Fonte: Google Earth, 2018)

Tal como em Maxaquene A, estes planos assentam de certa forma na *tábula rasa*, no entanto prevê-se a curto prazo: (1) a substituição lenta dos talhões por módulos plurifamiliares em função dos recursos dos actuais moradores; (2) a intervenção ao longo das vias principais, junto das novas centralidades e nas áreas de protecção ambiental, eliminando as construções existentes e impedindo novas; e (3) a criação

de espaços “livres” para uso público (Jorge, 2017, p.231). A total implementação destes planos ainda está por ocorrer e mantém-se a incerteza dos contornos que poderá tomar.

Notas Conclusivas

O tecido urbano de Maputo é marcado por diferentes processos de intervenção que ocorreram ao longo da história da cidade. O período colonial marcou o início de uma segregação espacial, social e racial representada pela ocupação dos bairros periféricos à margem do centro urbano planeado, transformando gradualmente o tecido destas áreas independente dos planos urbanísticos da cidade. Estes bairros reflectem, não só diferenças urbanísticas e construtivas, mas também diferenças culturais e étnicas que foram surgindo e consolidando durante a sua expansão – durante o período socialista, resultado, em parte, pelo êxodo rural, agravado pela guerra civil e pela nacionalização da terra. Durante o período de abertura à economia de mercado, marcado pela privatização do sector imobiliário, os bairros periféricos continuaram a consolidar-se e densificar-se.

A história de ocupação da capital moçambicana e as diversas intervenções que sofreu, marcadas pela falta de recursos do Estado e dos moradores, influencia a variedade tipológica encontrada nos bairros pericentrais junto ao núcleo urbano. O bairro de Chamanculo C, por ter surgido no período colonial através da fixação de população nativa que ‘servia’ o centro urbano, foi sendo ocupado sem regras urbanísticas definidas. Esta ocupação, caracterizada também por uma progressiva densificação, divisão e

subdivisão dos talhões, resultou numa malha orgânica irregular e na emergência de sérios problemas infraestruturais. Os bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A foram sujeitos a tentativas de ordenamento e reordenamento, mais determinantes em Polana Caniço A pelo parcelamento da maioria da sua área, contudo, pela expansão da periferia, estes esforços revelam-se insuficientes, culminando em processos de “informalização” e deterioração das infraestruturas existentes.

Perante o recente desenvolvimento de planos parciais e de pormenor ainda por implementar, e contínuas pressões de interesses de investimento imobiliário, o resultado das transformações destas malhas mantém-se incerto e o seu futuro urbano uma incógnita. De qualquer modo, continuam a ser necessários planos que assegurem condições dignas de vida e habitabilidade da população, eliminando de uma vez por todas o termo “cidade dualizada”.

Agradecimentos

À Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto pelo acolhimento sempre caloroso.

À Isabel Raposo pela orientação e disponibilidade e à Vanessa Melo pela sua incansável dedicação e apoio.

Ao Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP, que financiou parte da investigação sob forma de uma Bolsa de Doutoramento, sem a qual o presente artigo não teria sido possível.

À família por inteiro.

Notas

¹ A versão revisada deste artigo foi submetida originalmente até o prazo de 5 de setembro de 2018 aos organizadores do PNUM 2018 Porto. A finalização da seleção inicial dos artigos pela comissão organizadora do evento aconteceu em 30 de maio de 2019 e a seleção final pelos editores da RMU e comunicação aos autores aconteceu em 2 de dezembro de 2019. As versões finais foram enviadas até o dia 9 de fevereiro de 2020.

² FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) é o partido político actualmente no poder, fundado em 1962 com o objectivo de lutar pela independência de Moçambique.

³ Os primeiros povos que aqui habitaram chamavam-se Bosquímanos, também conhecidos por Khoisan

⁴ O primeiro registo de uma edificação na área, especificamente na então Ilha dos Elefantes, actual Ilha de Inhaca, foi de um armazém feitoria de suporte às transacções comerciais que se processavam junto a um ancoradouro na baía (Mendes, 1985).

⁵ Segundo Lobato (1961), os holandeses tentaram posteriormente retomar a posse da baía, sendo que “trinta e tantos anos depois, os Holandeses acalentavam ainda a esperança de possuírem

Lourenço Marques, e procuravam abrir caminho por terra”, vindos do Cabo.

⁶ O interesse dos ingleses em ocupar o território só cessou em 1875, com o reconhecimento da gestão portuguesa da baía pelo marechal Mac Mahon.

⁷ Expressão utilizada por Lima (1972, p.86) em alusão às cidades medievais.

⁸ Sucedendo a Estrada de Lidemburgo, a linha férrea permitiria à nação sul-africana explorar de forma mais eficaz a localização portuária de Lourenço Marques na importação e exportação de mercadorias.

⁹ Morais (2001, p.65, p.78) faz ainda um apanhado da evolução do edificado referente à habitação até à chegada das Obras Públicas de Lisboa: 1828 – uma casa de madeira, 1844 – 19 casas e 127 palhotas, 1854 – 40 casas de pedra e barro, com seus terraços, 2 de pedra e cal e 70 maticadas, 1860 – 56 casas de pedra e cal e 67 palhotas, 1861 – 78 casas, 1870 – 70 casas de alvenaria, 40 de ‘pau-a-pique’ e umas poucas de madeira, 1877 – 110 casas e 1878 – 250 casas. Em termos de obras públicas efectuadas entre 1877-1878, o mesmo autor (p.74) revela ainda que foram construídos quartéis (19 barracas de madeira), fortificações, faróis, um hospital (Matola), uma estrada em pedra para a ponta vermelha com extensão de 3000 metros, uma igreja, casas para repartição das obras públicas e ainda reparações e conservações de edifícios públicos, como a alfândega e residência do governador.

¹⁰ O plano de 1887 foi apenas aprovado em 1892, supostamente devido ao facto da Metrópole estar ocupada com o conflito com os ingleses e com o Tratado de Berlim (Morais, 2001, p.85).

¹¹ Ainda segundo Morais (2001), apesar da autoria ser comprovada pela assinatura de António José de Araújo no plano, nota-se importante destacar o papel fundamental do engenheiro Joaquim José Machado no seu desenvolvimento.

¹² Quando o Estado negociou com o Delagoa Bay Lands and Investments, Lda, foi finalmente possível a expansão urbanística para Nordeste, resultando na criação dos bairros da Polana e Sommerschild.

¹³ Segundo Morais (2001, p.175), o Plano Regulador da Ocupação do Solo nos Arredores de Lourenço Marques surge numa época em que se questionava o papel da cidade como pólo de atracção das populações e respectivas áreas de influência, procurando-se o equilíbrio entre o potencial de desenvolvimento regional do aglomerado urbano e o crescimento célere que advém desse fenómeno.

¹⁴ Os contextos que se seguem, incluindo o contexto colonial, corresponde aos desenvolvidos por Oppenheimer e Raposo (2007) de forma a determinar os períodos que marcaram os processos urbanos em Maputo.

¹⁵ Neste período dá-se uma grande redução da população urbana, resultante da ‘fuga’ dos colonos do país, sendo este processo acelerado pela nacionalização dos prédios de rendimento.

¹⁶ Entre 1975 e 1985, o Estado forneceu cerca de 3.000 habitações à população e disponibilizou aproximadamente 14.400 talhões para a autoconstrução em Maputo e Matola (Oppenheimer, Raposo, 2002).

¹⁷ As políticas económicas introduzidas pelo governo visavam transformar as relações sociais de produção e tornar Moçambique independente do sistema mundial capitalista. De acordo com Silva (2002) os principais motores dessa transformação seriam a cooperativização da produção da agricultura familiar camponesa, o reassentamento das populações em aldeias comunais e o investimento no sector estatal de produção,

¹⁸ Com as primeiras eleições autárquicas em 1998, o Conselho Municipal passa a ser um órgão do poder local com autonomia jurídica, administrativa e financeira.

¹⁹ Os censos demográficos realizam-se uma vez por década, contudo, por causa da guerra civil o último censo efectuado antes de 1997 foi o de 1980.

²⁰ Dos sete Distritos Municipais, o quadro evidencia apenas três de forma a comparar a relação entre a área que ocupam e a dimensão populacional do (1) DU1, considerado o centro urbano; (2) DU2, onde se encontra o bairro de Chamanculo C; e (3) DU3, onde se encontra os bairros da Maxaquene A e da Polana Caniço A.

²¹ Dentro das Classes de Solo especificadas pelo PEUMM na planta de Ordenamento, além do espaço urbanizado e urbanizável, estão identificados espaços para actividade industrial, actividade agrícola, equipamento social e serviços públicos, redes de infraestrutura e espaço afecto à estrutura ecológica. Este último, que se encontra frequentemente próximo das ‘áreas urbanizáveis’ inclui, entre outros, áreas verdes de protecção, áreas inundáveis e áreas alagáveis e susceptíveis a inundação.

²² Talhões sem legalização fundiária, sem limites oficiais reconhecidos e sem atribuição de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUATs) por parte do Município.

²³ Dados estimados do censo 2007 – previsão de densidade populacional (2014)

²⁴ De acordo com os princípios da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo.

²⁵ Dados estimados do censo 2007 – previsão de densidade populacional (2014)

²⁶ Nesta altura o bairro de Maxaquene A era parte integrante do bairro de Lagoas que deixou de existir durante a reestruturação dos novos bairros e seus limites.

²⁷ Por iniciativa da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Concertado (AMDEC) e dos Engenheiros Sem Fronteiras da Catalunha (ESF), ambas Organizações Não-Governamentais e com o apoio do Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH- FAPF).

²⁸ Nas cheias de 2000, milhares de famílias foram desalojadas e reassentadas em outros bairros

periféricos, resultado da sobreocupação e impermeabilização do solo nesta área, bem como da saturação e deterioração das infraestruturas básicas, levando à abertura de crateras ao longo da avenida transversal Julius Nyerere (Jorge, 2017).

²⁹ Este surgiu na década de 1990, no âmbito do Projecto de Reabilitação Urbana (1988-1995), com o parcelamento da área em causa e a consequente construção das chamadas “casas brancas”.

³⁰ Não está claro se o processo de reassentamento será realizado in loco (com a atribuição de novas unidades habitacionais dentro de edifícios de habitação plurifamiliar propostos), se em bairros periféricos ou se será limitado à entrega de uma indemnização monetária (ibidem).

Referências

Broto, V., Boyd, E., Ensor, J. 2015.

Participatory urban planning for climate change adaptation in coastal cities: lessons from a pilot experience in Maputo, Mozambique. *ScienceDirect*, 13, 11-18.

Concelho Municipal da Cidade de Maputo. (2008). *Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*.

Costa, Ana B. da. (2007). *O Preço da Sombra. Sobrevivência e reprodução social entre famílias de Maputo*. Lisboa: Livros Horizonte.

Forjaz, J., et al (2006). *Moçambique – Melhoria dos assentamentos informais, análise da situação e proposta de estratégias de intervenção*. Maputo: CEDH, UEM.

Henriques, C. (2008). *Maputo: Cinco décadas de Mudança Territorial. O uso do solo observado por tecnologias de informação geográfica*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Jenkins, P. (2001). *A emergência de mercados de terra urbana habitacional em Moçambique após o período socialista*. Maputo: CEDH, UEM.

Jorge, S., Melo, V. 2014. Processos e Dinâmicas de Intervenção no Espaço Peri-urbano: O caso de Maputo. *Caderno de Estudos Africanos*, 27, 55- 77.

Jorge, S. (2017). *Lugares interditos: os*

bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo. Tese de doutoramento em Urbanismo. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Lage, L. (2005). *A Morfologia urbana como matriz da forma arquitectónica em Maputo*. Dottorato di Ricerca in Rilevamento. Itália: Università degli Studi di Roma La Sapienza.

Lage, L., Lage, J. 2018. Atuar sobre os processos habitacionais através da assistência técnica comunitária pela academia: Projecto Kaya Clínica, Maputo. *Revista Espaços Vividos*, 6 (2), 22-29.

Lima, A. P. de. (1972). *Pedras que já não falam*. Maputo: Notícias.

Lobato, A. (1961). *Quatro Estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Melo, V. 2013. Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 5 (1), 71-88.
<https://dx.doi.org/10.7213/urbe.7786>

Mendes, M. C. (1985). *Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Morais, J. S. (2001). *Maputo: Património da Estrutura e Forma Urbana. Topologia do Lugar*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Oppenheimer, J., Raposo, I. (2002). *A pobreza em Maputo*. Lisboa: MTS.
- Oppenheimer, J., Raposo, I. (Coord.). (2007). *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri.
- PDULM – *Estudo do Caniço*. Maputo, 1969.
- Silva, C. N. (ed). (2015). *Urban Planning in Lusophone African Countries*. England: Ashgate Publishing Limited.
- Silva, T. C. (2002). União Geral de Cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção?. In *Produzir para viver: Os caminhos da produção não-capitalista* (pp. 401- 434). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Vanin, F. (2013). *Maputo, cidade aberta: Investigação sobre uma capital Africana*. Lisboa: Fundação Serra Henriques.

Tradução do título, resumo e palavras-chave

Influences on the urban fabric formation process in pericentral neighborhoods of Maputo: The case of Chamanculo C, Maxaquene A and Polana Caniço A

Abstract. *The urban history of Maputo city is marked by socioeconomic, political and cultural transformations that are reflected in the production processes of the urban fabric. In this article, we identify different contextual periods that determine these urban processes throughout the history of the city and identify the different occurrences and the contours of influence that marked them. The city of Maputo developed dualized, containing in itself two distinct cities - the “cement” city, called urbanized, and the “caniço”(reed) city, peripheral and composed of self-produced areas.. The urban fabric underwent several interventions, within the framework of urban plans and urban policies, through public and private initiatives that influenced the variety of urban typologies found in the peripheral neighborhoods of the city. We propose to analyze three pericentral neighborhoods, which, although similar for their development in the peripheral belt of the urbanized city center, for the high population and housing densities and for the predominance of self-construction, have distinct urban fabrics: the neighborhoods of Chamanculo C, Polana Caniço A and Maxaquene A. Through a diachronic and synchronic analysis, and taking into account the urban differences mentioned, it is intended to understand which factors throughout the history of these neighborhoods influenced and determined the different processes of production of the urban fabric.*

Keywords. *urban evolution; urban fabric; pericentral neighborhoods; Maputo.*

Editor responsável pela submissão: Júlio C. B. Vargas.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

